



Com o Congresso formado, em sua maioria, por partidos de direita, presidente eleito terá de chegar a um consenso para adequar os gastos às demandas do seu futuro governo

Lula encara desafio de negociar Orçamento

» TAISA MEDEIROS

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá uma árdua tarefa de negociar pautas com o Congresso Nacional predominantemente formado por aliados do atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas urnas no domingo. Para evitar percalços, a campanha petista já inicia os diálogos com o Parlamento.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adotaram o gesto institucional de cumprimento e reconhecimento do candidato vencedor nas urnas. Lira foi a primeira autoridade a reconhecer a vitória do petista. A campanha de Lula, por sinal, agendou uma reunião com o político algoano para depois do feriado de finados.

O movimento de Lira foi uma mensagem. É o que interpreta o deputado federal Luis Miranda (Republicanos-DF). “O posicionamento mostra que nós vamos ter, obviamente, uma composição muito rápida do Centrão, que forma a maioria, sem sombra de dúvidas”, afirmou. “A base bolsonarista tradicional nunca passou de 100 deputados, aqueles que matam e morrem pelo presidente. É uma minoria, um quinto da Câmara. Mas isso não significa que aquele que defendeu (o atual presidente) é bolsonarista e será contra o Lula eleito com a caneta na mão para aprovar projetos que são de extrema importância.”

Um dos principais e mais urgentes tópicos a serem debatidos pelo Congresso, em conjunto com o novo governo, é a fundamentação orçamentária para manter os R\$ 600 do Auxílio Brasil — a ser rebatizado de Bolsa Família. Não há espaço no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado ao Parlamento para 2023, para dar continuidade ao pagamento nesse valor, o que faz com que essa seja uma das conversas primordiais entre o governo eleito e o Parlamento, especialmente com o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco enfatizou a prontidão

Roque de Sá/Agência Senado



Estaremos fazendo uma oposição responsável e, por isso, obriga, sim, que o presidente Lula converse”

Carlos Portinho, líder do PL no Senado

Histórico

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva já enfrentou um Legislativo opositor em outro mandato. Quando venceu as eleições em 2002, com 61,27% dos votos válidos em segundo turno contra José Serra (PSDB), que fez 38,73%, o petista teve o desafio de lidar com grande oposição no Parlamento. No entanto, na época, a maior bancada da Câmara era a do PT, com 91 deputados. Em 2023, a maior bancada, tanto na Câmara quanto no Senado, é a do PL, partido de Bolsonaro — com 99 deputados e 14 senadores.

para apoiar o governo de transição e os projetos prioritários, mas salientou que caberá à equipe do novo governo definir as fontes destinadas ao cumprimento de promessas de campanha, como o Auxílio Brasil turbinado.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) destacou que o papel do presidente eleito conversar com a maior bancada do Congresso. “O grande mérito do presidente Bolsonaro foi construir uma bancada grande, com novas lideranças, o que é muito importante para o país, e a gente estará unido, estaremos fazendo uma oposição responsável e, por isso, obriga, sim, que o presidente Lula converse, porque ele não tem um cenário similar a outros anos que ele **governou**”, frisou. “A oposição feita pelo Fernando Henrique (Cardoso) não era uma oposição consolidada. O presidente Bolsonaro alcançou uma oposição

bem consolidada, bem alinhada com ele, com parlamentares novos, jovens.”

A senadora eleita e atual deputada estadual Teresa Leitão (PT-PE) disse confiar no poder de conciliação da chamada “frense ampla”, conquistada por Lula durante a campanha. “Inclusive, com a afirmação de que não existem dois Brasis, é um Brasil só, é um indicador a um diálogo. Com os bolsonaristas raiz, o Lula não vai contar, mas há um meio de campo que vai se aproximar de um lado e de outro, a depender da conjuntura, dos processos, a depender das pautas”, analisou. “Não devemos esticar a corda da radicalização, devemos priorizar o diálogo para conquistar o espaço do centro de maneira republicana”, acrescentou.

Ela salientou que o primeiro impacto desse diálogo será vivenciado logo em 2 de fevereiro. “É um termômetro, e vai ser logo no segundo dia”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Protesto de caminhoneiros ressalta a importância do segundo turno

As manifestações de caminhoneiros, ontem, com bloqueios de estradas em 16 estados, em protesto contra a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no domingo, não são propriamente uma surpresa; são ações planejadas por uma extrema direita golpista, que sempre procurou desacreditar as urnas eletrônicas e trabalhou para construir um cenário de deslegitimação do resultado das eleições, caso o presidente Jair Bolsonaro fosse derrotado. Entretanto, é um movimento que não tem a menor chance de dar certo.

As lideranças dos caminhoneiros talvez nem saibam, mas estão derrotados desde o 7 de Setembro de 2021, quando ocuparam a Esplanada dos Ministérios e ameaçaram invadir o Supremo Tribunal Federal (STF), furando o bloqueio da Polícia Militar do Distrito Federal. Aquela ocasião, foram insuflados pelas manifestações bolsonaristas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, e pelos ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas. A reação das instituições e da sociedade foi inequívoca: não haveria apoio suficiente para impedir que as eleições deste ano fossem realizadas, com a utilização do sistema de urna eletrônica, nem que o ex-presidente Lula fosse candidato.

Todas as tentativas de tumultuar o processo eleitoral e desacreditá-lo, desde então, foram frustradas. Em todos os momentos em que Bolsonaro atacou a Justiça Eleitoral e, principalmente, o seu presidente, ministro Alexandre de Moraes, houve fortes reações das lideranças políticas e das instituições democráticas, que culminaram no manifesto lançado em 25 de agosto passado, por estudantes e professores da tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP), que teve o papel de grande divisor de águas entre os setores democráticos da sociedade e aqueles que apostavam numa aventura autoritária, com a qual Bolsonaro acabou identificado.

Esse divisor de águas está tendo um papel decisivo no reconhecimento do resultado das eleições de domingo. A estreita vantagem numérica de Lula, ao obter 60.345.999 votos (50,9% dos votos válidos), contra 58.206.354 votos (49,1% dos votos válidos) de Bolsonaro, não reflete a dimensão do apoio que o resultado da eleição obteve imediatamente após o encerramento da apuração. A vitória de Lula foi reconhecida pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); pelo governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); e pelo presidente do PL, Valdemar da Costa Neto. Seus principais aliados afastam qualquer possibilidade de uma reação golpista.

O reconhecimento internacional ao resultado das eleições, entre os quais destacam-se a rapidez com que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente francês, Emmanuel Macron, saudaram a vitória de Lula, e o acompanhamento em tempo real do pleito pela mídia internacional são outra barreira a eventuais intenções golpistas. Mas o que realmente torna inequívoca a vitória do petista é o fato de termos uma eleição em dois turnos, desde a Constituição de 1988, uma sábia decisão dos constituintes, tomada com base na nossa história política.

Passado

Getúlio Vargas voltou ao poder em 1950 numa eleição consagrada, com 48,83% dos votos, o que não impediu que seu mandato fosse confrontado até a crise de agosto de 1954, quando se matou, embora seu principal adversário, Eduardo Gomes, tivesse obtido apenas 29,66% dos votos. É famosa a frase de Carlos Lacerda, o líder da UDN: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Os setores que contestam o resultado da eleição repetem exatamente o mesmo raciocínio, porém, nenhuma liderança política de expressão da base governista defende essa posição.

Juscelino Kubitschek, o construtor de Brasília, foi um grande presidente da República, mas sua posse também foi contestada. Fora eleito com 36% dos votos, seguido por Juarez Távora, que obteve 30%. A UDN passou a defender a deposição de JK. Em 1956, iniciou-se em Jacareacanga-RJ um movimento de militares contrários a JK; em 1959, na cidade de Aragarças-GO, ocorreu outro levante militar contra o presidente, reprimido por forças legalistas lideradas pelo marechal Henrique Teixeira Lott.

Caso a eleição fosse em turno único, Lula seria vitorioso com 57.259.504 (48,43%) votos, contra 51.072.345 (43,20%) de Bolsonaro, uma boa vantagem em relação ao atual presidente, mas não a maioria dos votos. O segundo turno foi realizado exatamente para que a maioria fosse inequívoca, como aconteceu. A demora de Bolsonaro para reconhecer a vitória de Lula alimenta especulações e a agitação golpista. Entretanto, ao mesmo tempo, funciona como um fator de desgaste político, que pode resultar numa liderança menor do que aquela que teria, com a grande votação que obteve, se optasse por reconhecer logo o resultado e assumisse o papel de líder da oposição, em bases democráticas.

Elogios internacionais às eleições

Assim como no primeiro turno, as missões eleitorais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da União Interamericana de Organismos Internacionais (Uniore) destacaram, em relatórios divulgados ontem, a segurança das urnas eletrônicas e o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir eleições limpas e justas.

A CPLP ressaltou o “domínio perfeito da utilização das urnas eletrônicas” por parte dos brasileiros e o cumprimento de todos os procedimentos legais no processo eleitoral. “As eleições decorreram de acordo com padrões e requisitos internacionalmente aceitos”, diz o relatório.

“Mais uma vez, a ROJAE-CPLP teve a oportunidade de verificar que a utilização de meios eletrônicos de votação, nas condições concretas observadas e submetidas ao processo da validação que é publicamente conhecido, revelou-se segura, confiável e credível, não suscitando reclamações suscetíveis de colocar em causa a transparência do processo eleitoral”, afirma a organização.

A Uniore “reconhece as fortalezas do sistema eleitoral brasileiro e destaca o trabalho realizado pelo TSE para assegurar eleições livres, justas e transparentes”. O relatório frisa que a missão “teve conhecimento das importantes

Evaristo Sa/AFP



A segurança das urnas foi atestada por missões estrangeiras

medidas tomadas pelo TSE para combater a desinformação” e que as providências adotadas se tornaram referência para a região no combate ao fenômeno.

A missão também diz condenar atos de violência em processos democráticos, mas que os eventos ocorridos entre o primeiro e o segundo turno “não afetaram substancialmente o desenrolar normal do processo eleitoral”.

A Ideia Internacional, composta por ex-presidentes da Bolívia e ex-senadores do Uruguai, Paraguai e Chile, ressaltou a alta

participação de eleitores com “aumento sem precedentes em comparação ao primeiro turno” e maior que a média regional. A organização não estava credenciada como missão de observação eleitoral, mas foi convidada para avaliar o segundo turno.

A Ideia afirma que, embora as eleições tenham ocorrido em “ambiente político complexo de preocupações democráticas e tensões múltiplas”, o dia de votação foi “calmo, com respeito entre os eleitores, e os postos de votação funcionaram corretamente,



A urna eletrônica provou, mais uma vez, sua segurança e rapidez no processamento dos resultados”

Trecho do relatório da Ideia Internacional

de forma ordenada e fluida”.

“A urna eletrônica provou, mais uma vez, sua segurança e rapidez no processamento dos resultados, superando o desafio de lidar com o maior registro eleitoral da América Latina, com mais de 156 milhões de eleitores”, sustenta o relatório.

Por fim, a Ideia pondera que o desafio para o Brasil será “reverter a deterioração dos indicadores democráticos”, sofrida nos últimos anos, e aumentar a participação das mulheres na política. Também ressalta ser “essencial recuperar o caráter exclusivamente civil do processo eleitoral”, em crítica à participação inédita das Forças Armadas na fiscalização do pleito.